

## CASO MASTER

## Ciro alega perseguição política

Senador nega ter recebido valores ilícitos e diz que não apresentou emenda na íntegra para beneficiar banco de Vorcaro

» ALÍCIA BERNARDES  
» DANANDRA ROCHA  
» GABRIELLA BRAZ

Um dos alvos de operação da Polícia Federal que investiga fraudes envolvendo o Banco Master, o senador **Ciro Nogueira (PI)**, presidente nacional do PP, enfatizou que “nunca recebeu nenhum valor ilícito ou cometeu qualquer irregularidade” e alegou perseguição política. Segundo ele, as acusações não passam de um “roteiro absurdo de ficção”.

As declarações ocorreram em vídeo postado nas redes sociais. Nogueira afirmou ter sofrido ataques em decorrência do ano eleitoral e citou a investigação contra ele em 2018. “Por que começar esta operação por um líder da oposição?”, questionou.

Segundo as investigações da Polícia Federal, Nogueira usou o mandato para trabalhar no Congresso pelos interesses do dono do Banco Master, Daniel Vorcaro. A corporação destacou que ele apresentou uma **emenda** que ampliava de R\$ 250 mil para R\$ 1 milhão a cobertura do Fundo Garantidor de Crédito (FGC). Conforme as apurações, a proposta teria sido elaborada pela própria assessoria do Master. Mensagens apreendidas pelos agentes mostram Vorcaro comemorando a aprovação da emenda e afirmando que o texto saiu “exatamente como mandei”. Em troca do suposto trabalho para Vorcaro, o senador teria recebido propina — de acordo com as apurações, a mesada seria de R\$ 300 mil, valor que pode ter aumentado para R\$ 500 mil.

No vídeo postado ontem, Nogueira negou que a proposta tenha sido publicada exatamente como foi recebida. Ele ressaltou, também, que o FGC é um fundo “totalmente privado” e que o valor não é atualizado há mais de uma década. “O que causa escândalo em um banco não é o FGC, é a falta de fiscalização”, declarou.

O parlamentar aproveitou para disparar ataques ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. “Quem tem que fiscalizar é o Banco Central, e quem indica os diretores do Banco Central é o presidente da República. E é ele que tem que ser cobrado por isso”, afirmou.

Para o senador, as operações são motivadas pela proximidade do período eleitoral. “As questões técnicas e as provas estão em segundo plano para eles”, acusou.

Aliados políticos também saíram em defesa do senador. O líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ), afirmou ao **Correio** que o parlamentar tem

Lula Marques/ Agência Brasil



## Favorecimento

A emenda favoreceria diretamente o Master, porque o banco de Vorcaro usou a captação com pessoas físicas por meio de recursos via Certificados de Depósito Bancário (CDBs) para alavancar seu patrimônio. A emenda acabou não sendo aprovada.

direito à presunção de inocência. “Tem que ser investigado, dado amplo direito à defesa e só depois disso tudo é que se pode saber”, declarou.

O deputado ressaltou ter boa relação com o senador e negou qualquer afastamento político após a operação. “Eu já liguei para ele, conversei com ele depois da operação. Zero problemas”, afirmou.

Cavalcante, porém, fez ressalvas à postura política de Nogueira em relação ao governo Lula.

## Entenda o caso

» Na semana passada, o senador **Ciro Nogueira** foi alvo da quinta fase da Operação Compliance Zero, que investiga fraudes relacionadas ao Banco Master. As apurações apontam que ele “instrumentalizou o exercício do mandato parlamentar” em favor dos interesses do banqueiro. Em troca, ganhava R\$ 300 mil por mês do banqueiro, valor que pode ter subido para R\$ 500 mil. » A PF diz ter identificado, também, o custeio de

estadias em hotéis de luxo em Nova York, despesas em restaurantes de alto padrão e a disponibilização de um cartão de crédito de Vorcaro para uso pessoal do senador.

» Na segunda-feira, os advogados do senador deixaram o caso, em decisão que definiram como “de comum acordo” entre as partes. A defesa era conduzida por Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, e foi assumida por Conrado Gontijo, afilhado do criminalista.

Segundo ele, embora o senador se apresente como opositor, frequentemente vota alinhado ao Palácio do Planalto. “Ele verbaliza que é oposição, mas, na hora de votar, 80% das vezes vota com o governo Lula”, declarou.

No Senado, o escândalo envolvendo o Banco Master intensificou a pressão política pela instalação de uma CPI ou CPMI para investigar o caso. O senador Paulo Paim (PT-RS) disse considerar o episódio “a situação mais grave” que

acompanhou em quatro décadas de atuação parlamentar. “Eu assinei tanto a CPMI como também assinei a CPI do Senado. É uma situação gravíssima. Estou aqui há 40 anos e acho que é a mais grave de todas”, afirmou na tribuna.

Apesar do tom contundente, Paim evitou acusar diretamente os investigados e defendeu que as denúncias sejam apuradas pelas comissões parlamentares. Atualmente, diferentes requerimentos tramitam no Congresso

Essas coisas não surgem por acaso. Acontece porque estamos no ano eleitoral. Para acusar, a criatividade é infinita. Na hora de comprovar, não conseguiram e não conseguirão”

**Ciro Nogueira (PP-PI)**, senador

para investigar as operações do Master e possíveis relações entre executivos da instituição e agentes públicos.

Nos bastidores, parlamentares pressionam o presidente do Congresso, Davi Alcolumbre (União-AP), para que faça a leitura formal do pedido de CPMI, etapa necessária para a instalação da comissão. A demora tem provocado críticas tanto da oposição quanto de integrantes da base governista favoráveis às investigações.

## Plano com influencers

» RENATO SOUZA

O empresário Thiago Miranda, sócio do Portal Léo Dias e dono da Agência Mithi, prestou depoimento ontem na Superintendência da Polícia Federal, em Brasília. De acordo com informações obtidas pela reportagem, o publicitário confirmou um plano montado com influenciadores digitais para atacar o Banco Central. A estrutura foi montada a pedido de Daniel Vorcaro, dono do Banco Master.

No depoimento, Thiago afirmou que Vorcaro o procurou para contratar influenciadores com milhões de seguidores para se posicionar contra a liquidação do Master pelo Banco Central e a favor de uma medida do Tribunal de Contas da União (TCU) que poderia reverter a decisão da autoridade monetária. Miranda não cita ataques contra o BC em seu depoimento, mas confirma a criação da estrutura para reverter conteúdo contra a decisão que pôs fim às atividades do banco de Vorcaro.

Entre as ações determinadas ao grupo de influenciadores estava a postagem de uma matéria do Portal *Metrópoles* afirmando que o Tribunal de Contas “via indícios de precipitação na liquidação do Master” e que dava 72 horas para o Banco Central se explicar. A informação foi publicada inicialmente pelo jornal *O Globo*, que revelou a existência do “Projeto DV”, e confirmada pelo **Correio**.

Um dos principais alvos dos ataques digitais era Renato Gomes, diretor de Supervisão do Banco Central, que atuou pela liquidação do Master. Thiago Miranda teve contato quase diário com Vorcaro após ele deixar a prisão, em novembro passado, depois de ser preso na Operação Compliance Zero. Miranda teria se oferecido para “reverter a crise de imagem” do executivo.

Entre os influenciadores citados por Miranda e que teriam recebido recursos para atuar em favor do Master estão Marcelo Rennó, com 1,2 milhão de seguidores no Instagram; Paulo Cardoso, com 4,3 milhões, além de páginas como Fofoquei, Alfinetada e Luiz Bacci. Thiago Miranda afirmou que era responsável apenas por fechar contratos, que não previam ataques a instituições, e repassar o conteúdo que deveria ser comentado e postado pelos influenciadores.

## Dosimetria: confiança em decisão favorável do STF

» DANANDRA ROCHA

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), afirmou ontem que o Congresso vai defender no Supremo Tribunal Federal (STF) a aplicação da Lei da Dosimetria aos condenados pelos atos golpistas do 8 de Janeiro. A declaração foi dada em entrevista à rádio TMC, em meio à repercussão da decisão do ministro Alexandre de Moraes, que suspendeu os efeitos da lei até decisão do plenário da Corte.

Segundo Motta, a posição da Câmara será de respaldo ao texto aprovado pelo Legislativo e promulgado após a derrubada do veto integral do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. “O que nós vamos fazer é, nos autos, nos posicionar, para que aquilo que foi decidido pelo Congresso Nacional venha a ser cumprido no que diz respeito a esses casos do 8 de Janeiro, à aplicabilidade da Lei da Dosimetria”, declarou.

Ele reforçou que a norma foi aprovada por ampla maioria nas duas Casas legislativas. “Nós vamos defender a aplicabilidade da Lei da Dosimetria, porque esse foi o caminho aprovado por ampla maioria no Congresso Nacional. E o veto, também, do presidente, foi derrubado por essa maioria extremamente expressiva nas duas Casas”, afirmou.

Na avaliação de Motta, o Supremo deverá reconhecer a validade da legislação. “Esperamos e confiamos que o Supremo Tribunal Federal irá, sim, dar a aplicabilidade aprovada pelo Congresso nesses casos inerentes à Lei da Dosimetria”, acrescentou.

No sábado, Moraes determinou a suspensão da lei que altera as penas dos condenados pelo 8 de Janeiro e que beneficiaria o ex-presidente Jair Bolsonaro, sentenciado a 27 anos de prisão por tentativa de golpe de Estado e outros crimes. Na decisão, o ministro também pediu esclarecimentos ao Congresso sobre o procedimento adotado na votação que restabeleceu o texto aprovado pelos parlamentares.

A medida provocou reação do advogado Ezequiel Silveira, que atua na Associação dos Familiares e Vítimas do 8 de Janeiro, condenados pelos ataques às sedes dos Três Poderes. Em entrevista ao **Correio**, Silveira criticou a suspensão e afirmou que o uso recorrente de decisões monocráticas pelo STF compromete o equilíbrio entre os Poderes.

“O STF passou a tratar as decisões monocráticas como instrumento corriqueiro de atuação jurisdicional e, agora, busca normalizar esse uso excessivo por meio de discursos que procuram conferir aparência de legitimidade a uma prática claramente excepcional”, destacou.

Marina Ramos / Câmara dos Deputados



O defensor ressaltou o que considerou danoso aos beneficiados pela lei. “É uma decisão que, a pretexto de defender a segurança jurídica, afronta a autoridade do Parlamento. A medida já está atrasando a revisão das penas dos condenados que já deveriam estar sendo beneficiados com a nova lei que, inclusive, está em vigor.”

A decisão de Moraes também mobilizou a oposição pela votação

da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Anistia. O líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante, afirmou ao **Correio** que o grupo pretende intensificar a pressão política nos próximos dias.

Segundo o parlamentar, a suspensão da lei surpreendeu integrantes do próprio Congresso envolvidos na negociação do texto. “Com relação à adesão do ministro Alexandre Moraes à dosimetria,

causou espanto a todos nós, inclusive ao próprio relator Paulinho da Força, que assumidamente falou para a gente, em vários momentos, que o texto também tinha o acordo e a ciência dele”, afirmou.

O parlamentar questionou a mudança de posição atribuída ao ministro. “Como é que ele dá acordo para o relator e depois vai lá e suspende os efeitos da lei?”, declarou.

De acordo com o líder do PL,

Nós vamos defender a aplicabilidade da Lei da Dosimetria, porque esse foi o caminho aprovado por ampla maioria no Congresso Nacional. E o veto, também, do presidente, foi derrubado por essa maioria extremamente expressiva nas duas Casas”

**Hugo Motta (Republicanos-PB)**, presidente da Câmara

a oposição articula reuniões com parlamentares da Câmara e do Senado para definir estratégias de pressão em favor da PEC da Anistia. “Nós temos que reagir aqui. Estamos vendo a questão da PEC. Vou fazer uma série de reuniões agora com a oposição, com o senador Rogério Marinho, líder da oposição no Senado, para a gente traçar os caminhos que vamos pressionar para votar a PEC”, disse.